



ELO ASSOCIATIVO

CONSELHO NACIONAL

*Reúne a 23 de Março de 2024 na sede da CPCCRD,
Rua da Palma - Lisboa*



A Ordem de Trabalhos: Discussão e votação do Relatório e Contas de 2023 | Pessoas 2030 | Congresso do Centenário 25 de Maio – Fórum Luísa Todi em Setúbal | Situação do MAP | Informações.

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES

Junte-se a nós e faça parte desta Família

SUMÁRIO

- P02 VOZ DOS PRESIDENTES
- P05 CONSELHO NACIONAL
- P07 CAPACITAÇÃO
- P10 CPCCRD - INFORMAÇÃO
- P11 PROBLEMAS COM SOLUÇÕES
- P12 O ASSOCIATIVISMO E A ECONOMIA SOCIAL
- P20 QUOTIZAÇÃO

Nota: Os textos deste Boletim Informativo, são escritos sob o antigo e novo acordo ortográfico de acordo com cada autor.

FICHA TÉCNICA

ELO ASSOCIATIVO:
Propriedade CPCCRD
Rua da Palma, 248,
1100-394 Lisboa
Tel: 218 882 619 / 916 841 315
Fax: 218 882 866

geral@cpccrd.pt

www.facebook.com/confederacao.colectividades

www.confederacaoportuguesa.colectividades.blogspot.com

www.cpccrd.pt

EDITORIAL



João Bernardino
Presidente da Direção

Entrámos no ano de 2024 com novos desafios, com muitas tarefas pela frente, largas exigências e obstáculos a vencer, mas com grande determinação, força de vontade e resistência a levarmos por diante os desígnios do Movimento Associativo Popular.

Sabemos da existência de problemas e dificuldades no percurso. Mas também sabemos da resiliência que existe no nosso seio em dar resposta aos desafios e é nesse espírito que trabalhamos e fazemos mais e melhor associativismo todos os dias.

Somos um grande Movimento, assente em valores profundamente democráticos, com uma história centenária a dar solidez ao futuro que estamos a construir.

Estamos a caminhar para as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril de 1974, data histórica na nossa vida coletiva que ditou o rumo democrático do nosso País que hoje vivemos.

As Coletividades sempre estiveram na primeira linha desse caminho. Quer antes, quer depois dessa data, como atestam os nossos 100 anos de existência, que em Maio vamos comemorar. O Movimento Associativo orgulha-se de ter contribuído com a sua luta, resistência e dedicação para o surgimento do 25 de Abril, da mesma forma que esse dia glorioso contribuiu para a expansão e desenvolvimento do Movimento Associativo Popular.

Neste sentido apelamos a que todas as Coletividades se associem às comemorações por todas as formas que entenderem mais apropriadas e façam das esperanças de Abril também a força do Associativismo.

Ao comemorarmos os 100 anos da Confederação, que noutra espaço do Elo é abordado em maior detalhe importa aqui referir, entre outras, as principais exigências que este longo percurso nos deixa:

-A consolidação e alargamento de todo o nosso trabalho em estreita ligação com as Estruturas e Associações.

-Aumento significativo de novas Confederadas, e de novas Estruturas, com todo um trabalho mais regular e próximo de cada Coletividade.

-Reforço da solidez e sustentabilidade das nossas Estruturas e Coletividades, cobrando regularmente toda a quotização e diversificando as fontes de financiamento.

-Projetar publicamente e de forma mais regular e eficaz, todo o nosso trabalho.

Tempo de Eleições



Francisco Barbosa da Costa, Dr.
Presidente da Mesa do Congresso

Este “Elo” reveste-se de uma especial importância, pois, para além de dever tratar de aspetos relativos à vida da atividade associativa específica, deve ter em especial consideração o facto de se realizarem, neste ano, eleições regionais, nacionais e europeias que têm a maior importância para a vida do nosso país.

Na verdade, o movimento associativo deve, para além da sua atividade específica, participar, com o maior empenhamento, na dinamização dos sucessivos atos eleitorais, todos eles da maior importância para a comunidade.

Num tempo em que a sociedade civil parece estar alheada da importância desta realidade e existirem movimentos inorgânicos e grupos organizados que tudo fazem para desvirtuar a sua importância, levando os eleitores a não cumprirem o dever cívico de votar, entregando a sua responsabilidade a pessoas determinadas a tudo fazerem depois para que o dever democrático de escolha dos seus eleitos para os diferentes atos eleitorais, não se exerça em plenitude.

Temos o direito e o dever de exercer as nossas responsabilidades, também neste domínio, não só cumprindo as nossas obrigações de cidadãos, mas procurando dinamizar as nossas comunidades para o exercício dos deveres de cidadania.

Todos devemos contrariar todos quantos, por inércia, ou pior, deliberadamente, tudo fazem para entregar, a pessoas sem escrúpulos, responsabilidades que a todos devem pertencer.

Devemos esconjurar todas as formas de alienação de responsabilidades próprias, corresponsabilizando-nos pelos desvios estruturais que penalizam o todo nacional e as diferentes comunidades.

Não caiamos na tentação de deixar “correr o marfim”, sob pena de correr o fatal risco de “chorarmos depois sobre o leite derramado”.

Como estamos distantes do responsável clima que se viveu nas primeiras eleições, nos anos setenta do século passado, em que só uma escassa minoria não exercia o seu dever de cidadania!

Tenho a maior esperança na assunção plena das responsabilidades de todos, quaisquer que sejam as suas condições e responsabilidades. Também, neste domínio, espero que os militantes associativistas sejam exemplares na esteira do quem sempre fazem quando estão em causa os superiores interesses da comunidade.



Paula Marques, Dr.ª
Presidente do Conselho Fiscal

As Eleições

As eleições estão aí à porta e podem oferecer várias vantagens para o Movimento Associativo Popular.

Para além de fornecerem uma oportunidade para os membros do movimento associativo participarem ativamente do processo democrático, exercendo o seu direito de voto e contribuindo para a escolha dos líderes e representantes, também podem influenciar a agenda política e promover mudanças positivas em questões importantes para a comunidade, apoiando os candidatos que compartilham suas visões e valores.

Durante o período eleitoral, os candidatos muitas vezes estão mais recetivos às preocupações e demandas da comunidade, oferecendo ao movimento associativo uma oportunidade única de se envolverem e influenciar as suas plataformas políticas.

Participar ativamente das eleições pode aumentar a visibilidade do movimento associativo e fortalecer o reconhecimento dentro da comunidade e entre os líderes políticos.

O processo eleitoral pode servir como um catalisador para unir a comunidade em torno de questões comuns e inspirar maior participação e ativismo.

Em resumo, as eleições oferecem ao Movimento Associativo Popular uma plataforma para exercer influência política, mobilizar a comunidade e promover mudanças significativas ao nível local, regional e nacional.



Vitor Agostinho
Conselho Jurisdiccional

AS ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS

O nosso movimento associativo popular tem (como todos conhecemos) um papel determinante na dinamização e promoção da cultura, desporto e recreio.

Nos últimos anos, tendo em consideração a continuação do nosso crescimento e presença no país, foram consideradas alterações nas estruturas associativas, desde logo com a inovação do crescimento da Federação para a Confederação das Coletividades tendo em conta novos desafios no plano Nacional.

Foram assim criadas igualmente as estruturas, nomeadamente as Federações Distritais e as Associações Concelhias, as quais pela sua prática na construção e ampliação do nosso movimento têm demonstrado o quanto foi importante ter-se decidido estas medidas de proximidade e de formação dos nossos dirigentes associativos.

Sabemos que estas medidas descentralizadas ainda não chegaram a muitas coletividades e até por vezes se confunde a importância e papel destas estruturas da Confederação das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, com Federações Distritais e Associações Concelhias independentes da sua “mãe” que é a Confederação Nacional.

No último congresso foi decidido igual criar um novo órgão da Confederação, para o apoio que seja considerado necessário: CONSELHO JURISDICCIONAL.

De acordo com os estatutos, o Conselho Jurisdiccional tem como fim contribuir para as questões de jurisdição que a Direção Nacional ou as estruturas entendam colocar.

O apelo que fazemos é para voltarem a ler os estatutos, em particular no que respeita a este novo órgão, o qual se dispõe a apoiar com a sua opinião todos os órgãos do movimento associativo popular, incluindo obviamente os seus dirigentes.

Bom trabalho e continuemos a erguer a Paz, a Igualdade e a Fraternidade em defesa da Cultura, Recreio e Desporto Popular.

Indicadores de cooperação associativa:

Informativos/passivos:

1. Processos eleitorais (Listas, programas, tomadas de posse, novas eleições);
2. Planos de actividades/Relatórios e contas;
3. Programa próprio do Dia Nacional das Colectividades;
4. Meios de informação próprios (Boletins, sítios na net, rádios, redes sociais, etc);
5. Informação sobre a situação social do MAP

Indicadores de cooperação associativa:

Colaborativos/activos:

1. Novas filiadas nos últimos 24 meses;
2. Organização em espelho (tesoureiros, capacitação, formação protocolada, projectos e candidaturas; etc);
3. Respostas a pedido de pareceres;
4. Reuniões bilaterais com a CPCCRD por iniciativa da Estrutura;
5. Participação nas Comissões Permanentes dos Gabinetes;
6. Participação nos CNS

Conselho Nacional Aprova

Resolução Associativa nº 2/2023/CN de 09 de Dezembro Sustentabilidade Financeira – Campanha de Recuperação de Associadas

Em 31 de Maio de 2024 a Confederação vai completar 100 anos de actividade ao serviço do Associativismo Popular, nomeadamente nas áreas da Cultura, do Recreio e do Desporto.

Um século ao serviço de Portugal ficou marcado por centenas de acontecimentos e milhares de actividades relevantes que responderam a cada desafio em cada momento, assumindo a CPCCRD a responsabilidade de ser a única instituição representativa de todo o associativismo popular, orientada desde sempre por valores humanistas e transformadores, por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

Ao comemorarmos os 100 anos da Confederação, reafirmamos a defesa e prática permanente dos princípios e valores de Abril, consagrados na Constituição, ao mesmo tempo que se assinala os 50 anos da Revolução Democrática de 1974.

Neste contexto vamos realizar em Maio de 2024 o Congresso do Centenário, para o qual se pretende criar condições para que seja o mais participado possível, com dirigentes associativos e colectividades filiadas no pleno gozo dos seus direitos estatutários, considerando ser este o ponto mais alto das comemorações.

Para que este objectivo social seja cumprido, aliado à necessidade de consolidar a sustentabilidade financeira da CPCCRD, torna-se necessário promover uma campanha especial de recuperação de quotas atrasadas e, consequentemente, de associadas que, por razões várias, se foram distanciando da Confederação.

Neste sentido, e ao abrigo da alínea d) do artigo 28º do Regulamento Geral Interno, o Conselho Nacional delibera:

1. As filiadas com mais de cinco anos de atraso no pagamento das quotas poderão regularizar a sua situação perante a Confederação pagando 210,00, pelos valores e descontos referidos no quadro em anexo.
2. Excepcionalmente, e nas condições acordadas com a Direcção, o pagamento previsto no ponto anterior poderá ser feito até três vezes. Neste acordo deve ser incluída a quota do ano em que ocorre cada prestação.
3. A divulgação da campanha junto das filiadas é da Confederação com a colaboração das Federações Distritais ou Regionais e Associações Concelhias.
4. A campanha especial agora aprovada não prejudica a comparticipação financeira correspondente às quotas cobradas pelas estruturas descentralizadas nos valores aprovados pelos Órgãos Sociais da Confederação, nos termos da alínea h) do artigo 58º do Regulamento Geral Interno.
5. Esta Resolução Associativa anula todas as anteriores em matéria equivalente e mantém-se em vigor pelo período de tempo que durarem as comemorações do Centenário da Confederação

ANEXO

Ano	Quota	Desconto	Pagamento
2023	60,00	0%	60,00
2022	60,00	0%	60,00
2021	60,00	25%	45,00
2020	60,00	50%	30,00
2019	60,00	75%	15,00
2018 e anteriores	50,00	100%	00,00
Total a pagar			210,00 euros



Rogério Almeida
Vice-Presidente da
Direção

CANDIDATURA DA CPCCRD AO PROGRAMA PESSOAS 2030

O projeto de Capacitação da CPCCRD - Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura Recreio e Desporto, submetido ao Programa Pessoas 2030, abrange uma variedade de atividades estratégicas destinadas a fortalecer o Movimento Associativo Popular (MAP) em Portugal. Entre essas atividades, destacam-se algumas que têm um impacto significativo no desenvolvimento e na sustentabilidade do associativismo. Na candidatura submetida o valor do Orçamento Financeiro foi de € 1.169.153,45 estimando-se que decorra entre o ano de 2024 e 2025.

A Plataforma de Capacitação (MAP) é uma iniciativa central, que visa fornecer um espaço online para partilha de conhecimento, recursos e promover a formação contínua dos membros do MAP. Essa plataforma é essencial para alcançar um vasto público e garantir a disseminação eficaz de informações relevantes para o associativismo.

Outra atividade de destaque é a Desmaterialização de Processos e Arquivos, que envolve a digitalização dos arquivos associativos da Confederação. Essa iniciativa não apenas melhora a eficiência e a organização interna, mas também contribui para a preservação e acessibilidade dos registos históricos do movimento associativo, impactando positivamente a memória e a identidade associativa.

A Avaliação do Impacto do projeto é crucial para entender o progresso, os desafios e os resultados alcançados ao longo do tempo. Ao avaliar os efeitos do programa em termos

organizacionais, sociais e individuais, é possível identificar áreas de sucesso e oportunidades de melhoria, garantindo que o projeto esteja alinhado com seus objetivos e metas.

Além disso, as atividades de Formação são fundamentais para capacitar os membros do MAP em diferentes áreas, desde a gestão associativa até a inclusão social e multiculturalismo. Essa formação avançada fortalece as competências dos dirigentes associativos e dos trabalhadores da Confederação, contribuindo para a eficácia e o impacto positivo do associativismo.

As Redes Internacionais do Associativismo também desempenham um papel importante, promovendo a cooperação e o intercâmbio entre organizações de diferentes países. Essa colaboração permite partilhar experiências, boas práticas e recursos, enriquecendo o movimento associativo e fortalecendo suas conexões a nível global.

Finalmente, o Estudo de Opinião oferece uma oportunidade excelente para avaliar a percepção dos benéficos em relação ao programa, identificando áreas de sucesso e possíveis áreas de melhoria. Esta análise é essencial para orientar iniciativas futuras e garantir que o projeto atenda às necessidades e expectativas dos membros do MAP.

No geral, todas estas atividades trabalham em conjunto para fortalecer o associativismo, promover a inclusão social e cultural, e garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento contínuo do Movimento Associativo Popular em Portugal.

RESUMO DAS ATIVIDADES A DESENVOLVER:

AT1. GABINETES DE ATENDIMENTO – CONSOLIDAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

AT2. DINAMIZAR E INFORMAR ASSOCIATIVISMO – OBSERVATÓRIO, ESTUDOS E COMUNICAÇÃO

- Observatório do Associativismo Popular
- Campanha Novas Filiadas
- Reuniões Direção Nacional
- Reuniões Coordenação
- Reuniões Comissões Permanentes dos Gabinetes
- Reuniões Conselho Nacional
- Congressos
- Comemorações 31 Maio - Dia Nacional das Coletividades
- Feiras e Certames
- Festival de Curtas-Metragens

- Reportagens
- Revista Elo Associativo
- Publicação do “Magazine Cultural do Associativismo Português”
- Filme Institucional
- Publicação "LIVRO 100 anos, 100 memórias"
- Criação e registo Marcas
- Aquisição de equipamentos e mobiliário
- Avaliação do impacto

AT3. INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO - DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS E ARQUIVOS

- Desmaterialização
- Plataforma MAP (manutenção)

AT4. FORMAÇÃO – DESENVOLVIMENTO E REFORÇO DE COMPETÊNCIAS

- Sessões temáticas de desenvolvimento associativo

- Formação avançada de DAV's em Gestão Associativismo
- Formação dos/as trabalhadores/as da CONFEDERAÇÃO DAS COLETIVIDADES e ESTRUTURAS e funcionários das filiadas representadas nos órgãos sociais da Confederação.

AT5. COMUNIDADE INTERNACIONAL – REDES INTERNACIONAIS DO ASSOCIATIVISMO

- Tradução Plataforma internacional (manutenção)

- Tradução site do Observatório do Associativismo (manutenção)
- Encontros IBÉRICOS
- Rede (Diáspora e Lusofonia)
- Redes de Caminhos Solidários

AT6. PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO – ESTUDO DE OPINIÃO

- Estudo de Opinião

PORTUGAL PRECISA DAS COLECTIVIDADES

Junte-se a nós e faça parte desta Família

GABINETE CENTRO



Marlene Soares
Vogal da Direção e responsável pelo Gabinete Polo de Atendimento Centro

É urgente e necessário o reforço de filiadas na zona Centro. Não só porque esse é um reforço necessário em todo o país para uma sustentabilidade financeira, mas porque é urgente a união de todo o Movimento Associativo Popular para uma Confederação forte e reivindicativa.

Apelo a todos os dirigentes nacionais da região Centro, que procurem a conversa com aquela coletividade ou associação que, ainda, não é filiada na Confederação, com aquele dirigente que tem levantado questões sobre a nossa organização e que ainda mantém algumas reservas, procurem fomentar a curiosidade, demonstrem o espírito de união e a força reivindicativa que o MAP deve ter no paradigma nacional, mas que só com todos unidos, no caminho de um Movimento Associativo Popular forte e organizado, podemos alcançar.

Vamos celebrar os 50 anos do 25 de Abril com o reforço do MAP, com o contributo de cada um de nós!

No Gabinete Centro deu-se à continuidade dos debates temáticos. Tal como mencionado na última edição do Elo Associativo, no ano passado realizou-se um debate em torno da Mulher, onde debatemos “Os desafios das Mulheres como Presidente de uma Associação” e em junho o “Associativismo e o Poder Local”.

Já em janeiro de 2024, contrariamente ao pretendido pela Comissão Permanente de realizar este debate no final do ano passado, debatemos “A Importância da Comunicação para o Movimento Associativo”, com a participação de dois oradores na área da comunicação: Henrique Gigante, diretor criativo na Gigarte e, Nuno Marques, Co-fundador da GROOVIT.

A sessão foi marcada por uma forte adesão de participantes de diferentes locais do país, onde a partilha de experiências e a colocação de dúvidas aos oradores, permitiu que este tenha sido um debate de sucesso.

No âmbito das comemorações do Centenário da Confederação, mesmo com algumas dificuldades, inauguramos a Exposição Centenária na Biblioteca

Municipal da Covilhã e posteriormente esteve presente na XIII Festa das Papas, organizada pelo Rancho Folclórico da Boidobra. No final do ano passado esteve patente nas instalações da Banda Musical e Recreativa de Penalva do Castelo e no início deste ano, na Figueira da Foz, na Biblioteca Pública Municipal Pedro Fernandes Tomás.

Temos previsto a presença da exposição no IPDJ de Viseu, na primeira quinzena de Abril, estando de seguida e até ao final do mês de maio, patente na Guarda e Concelho de Mêda. As comemorações oficiais dos 100 anos da CPCCRD terminam em maio do presente ano, contudo, consideramos importante manter a circulação da exposição, após esse período, por todas as coletividades que manifestem esse interesse.

As comemorações dos 100 anos da CPCCRD, na zona Centro, ficarão também marcadas por um espetáculo, realizado no Teatro da Covilhã, com a participação de coletividades filiadas na Confederação, no dia 29 de maio, véspera de feriado, ao qual apelo à sua participação.

GABINETE NORTE



Adelino Soares Vice-Presidente e responsável pelo Gabinete Polo de Atendimento Norte

O ano de 2023, por razões conhecidas acerca das dificuldades do tempo de aplicação do Processo POISE 208, ainda com influência negativa do COVID19, prejudicaram o normal funcionamento da atividade que vinha sendo desenvolvida pelo Gabinete Norte. Tal como afetou o trabalho da Confederação em geral.

Durante vários meses andamos numa roda-viva perante o acontecer de inseguranças e indecisões, perante a criação de dificuldades na aplicação de medidas previamente preparadas.

Tal situação, prejudicou o nosso normal funcionamento. No início do ano 2023, a Comissão Permanente do Gabinete Norte reuniu e definiu um Plano de Atividades enquadrado com o PA/O da Confederação, o qual, por razões relacionadas com o acima indicado, não foi conseguido ser executado na sua plenitude:

Mantiveram-se em permanência as comunicações com todos os dirigentes envolvidos, participamos nas atividades nacionais, na campanha de recuperação de quotas em atraso, no contacto com dezenas largas de coletividades, entre outros casos;

Estabeleceram-se reuniões locais com dirigentes do Conselho Nacional. Envolveram-se dirigentes dos Órgãos Sociais em ações de representação da Confederação;

Foi executado um plano de trabalho designado de “Junta forças/ Reforço associativo” utilizando para tal, conhecimentos obtidos em processos de formação, adquiridos por parte dos dirigentes envolvidos, tendo como

objectivo principal, a projeção da Confederação, para além do nosso espaço natural de relação com as nossas filiadas.

Foram considerados casualmente alguns concelhos do

distrito do Porto, onde não existiam estruturas associativas, assim como de outros distritos abrangidos pelo Gabinete Norte.

De salientar o facto de que neste processo foram envolvidos responsáveis autárquicos, Municipais e de Freguesia que muito contribuíram para que tais iniciativas fossem possíveis. Facultando contactos, disponibilizando espaços e apoios diversos na promoção pública para a sua realização e participando presencialmente nas ações.

Foram realizadas estas ações em Paços de Ferreira, Freamunde (10 presenças), Valença (50), Felgueiras (35), Guimarães (10), Amarante (5), Trofa (15), ações essas que permitiram convites e contactos a todas as Coletividades, filiadas ou não filiadas, de cada concelho assinalado.

Também e tendo em conta a comemoração do Centenário da Confederação, iniciamos no distrito do Porto, em junho, a comemoração do nosso Centenário, com uma iniciativa de abertura no Clube Fenianos do Porto, com a presença do Presidente João Bernardino, tendo sido convidados todos os dirigentes ligados a todo o processo de transformação associativa na realização do Congresso da Mudança, em Almada, em 1993.

Convidaram-se também autarcas que nos mereceram atenções especiais pelo seu apoio e envolvimento a todo este processo de participação, das Coletividades dos seus concelhos.

Em sequência da utilização da Exposição do Centenário procedeu-se à sua colocação em vários espaços. Foi comunicado a todas as filiadas e Câmaras Municipais, da possibilidade de a receberem. Já foi apresentada em seis coletividades, distribuídas por três concelhos, estando atualmente exposta e prevista em mais três municípios, havendo outros espaços em perspetivas.

Naturalmente que mais atividade poderia ser apresentada e ter acontecido até final do ano, não fossem as dificuldades criadas pela insegurança, indecisões e descontinuidade do trabalho de aplicação do processo POISE na sua passagem para o PESSOAS 2030, que vinha sendo desenvolvida até outubro de 2023.





Ano 2023 – Ano de balanço e relançamento para o Gabinete Sul

Sara Dimas Fernandes | Vice-Presidente da Direção e responsável pelo Polo de Atendimento Sul

Passado mais um ano e, com ele, um século de história a completar-se, é hora de relançar o trabalho associativo e dar passos decisivos para a preparação do trabalho futuro.

Terminou este ano de 2023 o ciclo de capacitação, iniciado com o financiamento POISE em 2015, com um claro balanço positivo para o Movimento Associativo e para a actividade descentralizada da Confederação, apesar do sentimento de que muito mais se poderia ter alcançado.

Durante o ano 2023, ano do Centenário, mantivemos o funcionamento regular da Comissão Permanente do Gabinete Sul, com participação dos distritos de Faro, Beja e Évora. A ligação ao Movimento Associativo de Portalegre, através dos elementos da Comissão Permanente desse distrito não foi conseguida pelo que se torna neste momento uma prioridade do Gabinete Sul para o ano 2024.

A análise realizada pela Comissão Permanente aponta para a necessidade de uma maior ligação às Associações em territórios mais afastados das capitais de distrito onde raramente chegamos e onde a importância das Associações se faz sentir com maior intensidade. A utilização das novas técnicas de comunicação, que tanto

se desenvolveram durante o período da pandemia, é apontada como uma solução intermédia para colmatar distâncias, quando a presença física não é possível, sendo, no entanto, uma solução menos conforme ao que caracteriza o tradicional movimento associativo, com a sua forte ligação às pessoas e aos locais onde actua.

Para assegurar a saúde financeira, apontamos para a necessidade de diversificação das fontes de financiamento, de forma a evitar situações de insustentabilidade como a que se fez sentir neste terminar de ciclo com a consequente descontinuidade do trabalho do Gabinete. Ainda neste sentido, apontamos também para o reforço das ligações protocoladas com as Autarquias e a candidatura a outras linhas de financiamento como a DGArtes ou o Plano Nacional das Artes.

Concluimos também pela necessidade de reforço das ligações com as Instituições de Ensino Superior, Associações de desenvolvimento local e outras entidades com peso institucional em cada região, bem como no estabelecimento de contactos com o Movimento Associativo transfronteiriço da vizinha Espanha.

O reforço da ligação aos jovens, tanto através da filiação de mais Associações Juvenis, como através do aumento de dirigentes jovens nas Associações de Cultura, Recreio e Desporto, é vital para o futuro que preparamos. Para este objetivo é fundamental a ligação às Escolas e comunidades escolares.

Foi com pensamento crítico, e sempre com o olhar no futuro, que começámos a preparar o próximo ciclo de capacitação, que se inicia em simultâneo com o segundo século de vida da nossa Confederação. Tomemos consciência dessa enorme responsabilidade histórica e lancemo-nos ao trabalho!





100 anos da Confederação

A 31 de Maio de 1924, um punhado de sonhadores concretizou um anseio que de forma democrática e participada, deu sentido organizativo a uma vontade que vinha de trás, desde os finais do século XVIII, quando começaram a surgir no país algumas associações populares, cuja principal atividade era o ensino da música, a organização de fanfarras e mesmo a criação de pequenas bandas.

Assim, com início em 31 de Maio de 1924 e durante 4 dias, decorreu o congresso fundador que ainda hoje se repercute no que somos e queremos ser. Duma leitura atenta à documentação histórica, verificamos não ter sido um ato ocasional, emotivo ou imprevisto, mas sim o resultado do amadurecimento dum trabalho que já vinha de trás e que então foi possível concretizar. As comunicações, os textos e as moções aí apresentadas refletem com segurança o caminho que se pretendia trilhar.

Em quatro dias e cinco sessões, houve uma presença significativa quer de coletividades, com uma média de 54 por sessão e 76 delegados em cada reunião. Permitindo-nos afirmar que para a época em que se realizou foi um bom congresso e que os seus objectivos foram plenamente conseguidos. O facto de nele se ter resolvido fundar a Federação da altura, torna-o sem dúvida, um evento fundamental e maior para o Associativismo Português.

Ao recordarmos a nossa fundação, o nosso percurso e a nossa história, importa referir cinco questões determinantes que nos orgulham e são alicerce do que somos;

1. A vontade a determinação e o sonho desses fundadores;
2. Todo o trabalho que teve continuação por gerações de homens e mulheres, dedicados, benévolos, altruístas e eleitos pelos seus pares;
3. A capacidade organizativa, formativa e resiliente às adversidades dum longa caminhada;
4. A independência e autonomia que sempre souberam manter em todas as conjunturas, políticas, económicas e sociais;
5. Os valores democráticos de cidadania e solidariedade sempre em prol da cultura, do recreio, do desporto, do lazer e bem-estar das populações.

O Movimento Associativo e Popular têm sem dúvida uma dignificante história. Têm um honroso percurso de serviço à comunidade, ao bem-estar das comunidades e como escola de cidadania e de valores democráticos. É com esse legado que chegamos aos dias de hoje e projetamos um futuro melhor.

Nesse sentido realizaremos em Maio próximo, o Congresso do Centenário, honrando estes 100 anos de caminho e projetando o futuro do Movimento Associativo, como força determinante na nossa sociedade e no País.

Será um momento alto da nossa vida coletiva, trazendo à comemoração e reflexão, as nossas Confederadas, as nossas Estruturas Associativas e Coletividades, bem como convidados e Entidades, culminando um ano de comemorações em prol do Associativismo

João Bernardino | Presidente da Direcção

PROBLEMAS COM SOLUÇÕES

A Confederação responde!

1

Queremos pagar as licenças da SPA e Passmúsica. Existe forma de termos desconto?

2

Inscrições e seguros desportivos caros.

3

Precisamos de fazer obras. Como fazer e onde procurar apoio?

4

Não sabemos se temos todas as licenças para abrir a sede e o bar. Como fazer?

5

Não conhecemos a lei ou temos dificuldades na sua interpretação.

6

Os equipamentos desportivos são caros.

7

Instrumentos culturais caros.

8

Pagamos muito de IMI.

9

Queremos realizar um evento cultural e provas desportivas e não sabemos como proceder.

11

Queremos melhorar a divulgação das nossas actividades.

10

Realizamos actividades culturais ou desportivas. Podemos ter participação das autarquias?

14

Fazer uma peça de teatro amador é dispendioso.

12

A formação desportiva é cara.

13

Para fazer uma prova é necessária a presença das Forças de Segurança. Mas é muito caro.

17

O preço dos transportes e combustíveis estão muito caros.

15

Os equipamentos desportivos são caros.

16

Quais as nossas obrigações fiscais?

19

Qual o calendário para o Relatório de Actividades e contas ser aprovado?

18

Como fazer as actas das reuniões?

CONTACTE-NOS!



ABRIL faz 50 anos - Celebremos condignamente



O 50º aniversário do 25 de Abril, é uma dessas datas que merecem que a comemoremos com toda a dignidade e intensidade que formos capazes.

Também no Movimento Associativo Popular se regista um grande empenho e entusiasmo, em organizar e participar, em iniciativas que visem lembrar aquela madrugada de 25 de Abril de 1974 e os avanços democráticos que ela veio a permitir.

O 25 de Abril tem muito a ver com o MAP e este muito lhe deve. Por isso comemoramos o seu 50º aniversário de forma tão intensa.

Claro que antes do 25 de Abril já existiam associações, coletividades e clubes, menos de metade do que atualmente e, já havia também a liberdade constitucional de reunião e associação, mas todos sabemos que estas eram regulamentadas de forma a que o exercício da atividade associativa não fosse livre nem independente dos poderes instituídos.

De facto, ao Estado Novo, que governou o país durante 48 anos, não interessava que houvesse quem decidisse reunir coletivamente, associar-se com outros, eleger e ser eleito para tarefas diretivas, ter a ousadia de fazer coisas sem pedir autorizações às autoridades, dar e ter instrução, ter acesso a bibliotecas com obras desalinhasadas com o estado novo etc., etc.

As maneiras de controlar estes desvios ao pensamento único, do estado em vigor, era tentando eleger direções subordinadas ao poder político vigente ou impor um qualquer militar nas direções eleitas pela livre vontade dos associados.

Mas o uso da censura, da fiscalização de iniciativas ou mesmo a sua proibição, também era um quotidiano enfrentado diariamente nas coletividades.

Foram tempos muito difíceis para os dirigentes e filiados associativos e residiu aí uma das maiores dificuldades por que passou o MAP.

O movimento dos capitães do MFA e o levantamento popular que se lhe seguiu de imediato, vieram permitir mudar toda a situação e a liberdade passou a imperar em todas as organizações e a criação de muitas mais.

Os desfiles populares de Lisboa e Porto serão, uma vez mais, o expoente máximo destas comemorações, mas iniciativas congéneres acontecerão por todo o país, pelo que a CPCCRD apela à participação de todos nas mesmas e que se façam acompanhar das mais variadas expressões de alegria e arte, emprestando a estas iniciativas a cor, os sons e a alegria, mas também as bandeiras, as faixas, os cartazes e os slogans alusivos às necessidades que o MAP enfrenta.



Joaquim Escoval
Secretário da Direcção da CPCCRD



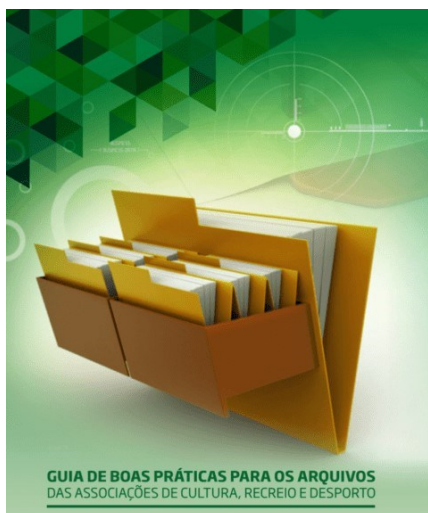
Fomos recebidos na Assembleia da República

A Direção Nacional foi ouvida no dia 20 de dezembro de 2023, a seu pedido, numa audiência da XIII Comissão Especializada da Assembleia da República, acerca do Projecto de Lei nº 349, que visa criar legislação sobre a recuperação de edifícios associativos.

Quer o presidente da CPCCRD, quer o secretário da mesma, tiveram ocasião de afirmar a opinião da Confederação sobre dificuldades que o excesso de burocracia, as diferenças entre municípios, ao reduzido prazo de execução, que o projecto de lei acarreta.

Salientaram também a ausência de medidas de apoio de que as associações tanto carecem para poderem regularizar os seus edifícios.

A delegação da CPCCRD registou, como bom acolhimento por parte dos deputados/as, face às suas propostas e, aguardam agora que esta postura construtiva se possa traduzir em melhoramentos significativos do PL 349, de forma que todo o Movimento Associativo possa ter o seus edificado regularizado, legalizado e em condições de segurança para a prática das sua diversas incitavas de carácter cultural, desportivo e social que diariamente nele se desenvolvem.



II Encontro Nacional de Arquivos

A CPCCRD está a participar conjuntamente com a DGLAB da Torre do Tombo, vários arquivos municipais e distritais e a CM Loures, na organização do II Encontro Nacional de Arquivos.

Este encontro terá lugar no Museu da Cerâmica de Sacavém, nos próximos dias 10 e 11 de maio. No decorrer dos trabalhos serão apresentadas duas comunicações sobre os arquivos da CPCCRD e de uma das suas filiadas, neste caso, da Casa do povo de Olhão.

Também está prevista a apresentação do segundo volume do manual de salvaguarda de arquivos e estará exposta, entre outras, a exposição do centenário da CPCCRD.

Esperamos assim dar mais um valioso contributo para a sensibilização das associações para a necessidade e o dever de salvaguardar os arquivos associativos, acervo de enorme valor para a história das associações, e das comunidades onde se inserem,

Joaquim Escoval | Secretário da Direção



Compromisso associativo pela Paz!

No Plano de Atividades e Orçamento para 2024, são assumidos vários compromissos de trabalho, os quais devem a cada momento ser trabalhados, projetando-o para todos, para se proceder à sua execução, estudando-se soluções para a sua aplicação, em cada coletividade.

Para o caso, no seu ponto nove - Movimentos Sociais e Institucionais - é assumido, entre outras entidades, a colaboração com o CPPC – Conselho Português para a Paz e Cooperação, no que à defesa da Paz, diz respeito.

A 28 de outubro de 2023, foi realizado em Vila Nova de Gaia, o III Encontro pela Paz. Encontro que contou, mais uma vez, com a participação da Confederação, presente em um dos painéis, tendo sido apresentado mais uma importante comunicação em defesa da Paz. Abordar, agora, neste número do Elo Associativo, faz todo o sentido, de forma a que se proceda à divulgação das propostas e compromissos apresentados.

A promoção da Paz, sempre mereceu e continuará a merecer a atenção da Confederação, na medida em que, assumindo nós a representação nacional do Movimento Associativo Popular, instituí-o nos nossos Estatutos em 2003, no seu artigo 2º; Alínea F – Promover ações pela Paz entre os povos, merecendo uma ligeira alteração no nosso último Congresso, realizado em 26 de Março de 2022, ficando o texto: Artigo 2º; alínea f) – Promover acções de Paz e Solidariedade entre os povos.

Entre 2003 a 2023, a Confederação sempre manteve a sua participação em iniciativas conjuntas com o CPPC, tendo sido assinado um Protocolo de colaboração institucional entre as duas entidades, em 28 de Março de 2015, em Esgueira, Aveiro. Desde então, foram assumidas uma série de atividades, na consideração da importância da Paz, perante as populações com que nos vemos envolvidas permanentemente.

Fazemo-lo porque entendemos que só em Paz é possível um verdadeiro desenvolvimento humano e social, podendo a cultura, o recreio e o desporto contribuir de forma decisiva para a felicidade de cada ser humano, e por seu turno, para a Paz.

Fazemo-lo, também, porque, estando a CPCCRD a comemorar os 100 anos de existência, comungamos na promoção de atos de solidariedade e cooperação, de justiça social entre os povos tão próprios do envolvimento das nossas comunidades nas suas associações, defendendo os mesmos valores e princípios e defesa de sã convivência entre todos.

Preocupam-nos as guerras que se alastram, conscientes dos prejuízos causados aos povos, aos trabalhadores, pequenos e médios empresários, eles que são o motor e o destino do Movimento Associativo Popular. Já em 2018, no II Encontro pela Paz, apresentamos a realização de várias medidas e iniciativas da nossa responsabilidade, como forma de reforçar o empenho do MAP na defesa da Paz.

Tal como já foi assumido, reafirmamos novamente no III Encontro pela Paz, manifestar a nossa solidariedade a todos os povos e movimentos que por todo o mundo lutam pela Paz, pela justiça social e pelo fim da exploração dos recursos materiais.

Manifestar o nosso empenho na defesa da Paz junto de todo o Movimento Associativo Popular de cultura, recreio e desporto através de uma campanha que se designará por “Vamos abrir as portas à Paz!” que terá três eixos principais, lançados agora ao nosso movimento associativo:

- Eixo um: Divulgação das iniciativas do CPPC por todo o MAP com indicação de um link para maior rapidez de comunicação, assim como, a disponibilização de uma página no Elo Associativo dedicado a comunicações sobre a Paz e iniciativas da CPPC;
- Eixo dois: Criação do “Embaixador Associativo para a Paz” de forma a que em cada Coletividade aderente, possa indicar uma pessoa a quem competirá ser o interlocutor privilegiado das notícias e iniciativas da Paz no nosso país ou na sua região;
- Eixo três: Recomendar para que cada Coletividade possa incluir nos seus Planos de Atividades anuais, pelo menos uma iniciativa dedicada à Paz, sendo a mesma comunicada à Confederação e à CPPC, sendo estas entidades apoiantes e copromotoras da mesma.

Porque na Defesa da Paz, todos não seremos demais! Vamos abrir as portas à Paz!

Adelino Soares | Vice-presidente da Direcção

CARTA ABERTA AOS PARTIDOS POLITICOS CONCORRENTES ÀS ELEIÇÕES DE 10 DE MARÇO 2024

Face à importância do Movimento Associativo Popular para o nosso País, a Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto – CPCCRD – enquanto representante deste grande Movimento, apela a todos os Partidos Políticos e Coligações que concorrem às eleições legislativas do próximo dia 10 de Março, para que se comprometam com a defesa e valorização do Movimento Associativo Popular, através das seguintes medidas, indispensáveis à vida associativa, que compreende um universo de cerca de 35 mil associações a nível nacional, mais de 400 mil dirigentes, centenas de milhares de associados e cerca de 3 milhões de cidadãos envolvidos em atividades associativas:

1. Valorizar o Movimento Associativo em todas as suas vertentes de atividades, com a disponibilização de linhas de financiamento adequadas às necessidades específicas do MAP com evidentes compromissos reais.
2. Melhorar o atual Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário – DAV - tornando mais eficaz a Lei 20/2004, para a qual se devem transportar desenvolvimentos e acontecimentos que ocorreram durante os seus 20 anos de existência, introduzindo, entre outras, medidas de reconhecimento e valorização das atividades dos dirigentes, criando vantagens efetivas que sirvam de incentivo para o ato de voluntariado dos DAVs.
3. Aprovar um Estatuto Fiscal para o MAP.
4. Proceder à revisão do código IRC para as atividades não estatutárias (nomeadamente dos bares) da Colectividades, atualizando o valor mínimo de isenção em sede de IRC, de 7500,00 Euros para 40 000,00 Euros.
5. Criar um Simplex Associativo real (Balcão Único), para as Coletividades do Movimento Associativo Popular, reduzindo e concentrando o número de licenças e autorizações e simplificando procedimentos, ultrapassando a dependência de vontades de ocasião em cada Município.
6. Criar uma linha de financiamento específico, que permita às Coletividades, em parceria com as Câmara Municipais e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, implementar as medidas de autoproteção e regularizar as instalações associativas.
7. Atribuir à Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto – CPCCRD o direito de Antena.
8. Definir um Programa de apoio às Bibliotecas das Colectividades e para a salvaguarda de arquivos de todo o Movimento Associativo Popular.
9. Rever a legislação do arrendamento de forma a evitar os despejos, salvaguardando e defendendo os direitos das Colectividades e a sua importância no local onde se inserem, defendendo o enorme serviço que prestam à população nacional em cada comunidade.
10. Regulamentar com carácter de urgência a Lei de Bases da Economia Social aprovada na Assembleia da República em 15 de Março de 2013.
11. Trata-se de Propostas com medidas e objetivos justos, justificados e sustentadas no conhecimento atual de todos os intervenientes envolvidos e interessados em defender o Movimento Associativo Popular. A CPCCRD disponibiliza-se para prestar os esclarecimentos que julguem necessários para cada uma das medidas propostas.

30.000
COLECTIVIDADES
ESPERAM POR SI!

Viva saudável e feliz!
Associe-se e participe!

cpccrd.pt

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO

Colaboração por: PO ISE ANUAL 2020

Cultura, Recreio e Desporto para todos!

"Falar da actual importância desta rede associativa é falar da nossa própria maneira de ser e de estar. Em comunidade e com a comunidade."

MARCELO REBELO DE SOUSA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA



Novo protocolo com a Corretora de Seguros MDS

A CPCCRD tem o prazer de comunicar a todas as suas associadas sobre o novo protocolo estabelecido com a Corretora de Seguros MDS.

Destacamos que, ao aderir a este seguro, beneficiará de condições especiais, proporcionando uma proteção abrangente contra possíveis imprevistos.

Recordamos um trágico incidente como o incêndio em Tondela, que resultou em oito vítimas fatais e dez feridos graves. Este evento ilustra vividamente a importância de contar com o suporte da MDS em situações críticas.

É com satisfação que informamos que esta proposta exclusiva está disponível para as afiliadas da CPCCRD. Reconhecendo a importância da segurança e tranquilidade, a MDS oferece condições especiais e atendimento personalizado a todos os nossos associados.

Para mais informações e adesões, solicitamos que entrem em contato com a dedicada equipa da MDS através do número 222 452 106, disponível todos os dias úteis das 9h às 17h30.

A CPCCRD e a MDS estão empenhadas em assegurar a proteção e bem-estar das nossas associadas, reforçando o compromisso com a excelência e profissionalismo.

Rogério Almeida | Vice-Presidente da Direção

Lei dos Arrendamentos... um desastre

É do conhecimento geral, a dificuldade acrescida, que a lei dos arrendamentos tem vindo a causar a muitas associações.

Com efeito passado, que está o período de carência, os senhorios começaram a comunicar às associações, em muitos casos, aumentos brutais do valor das rendas dos edifícios, onde estas exercem as suas atividades.

Em vários casos, tais valores são in comportáveis para essas associações seguindo-se logo ameaças de despejo, sem que existam alternativas para onde ir e muito menos na comunidade onde estão inseridas. Obviamente, esta é uma situação que a DN da CPCCRD, tem procurado acompanhar e tem participado em encontros e reuniões destinados a debater e procurar resolver esta problemática

Desde participar nem manifestações promovidas pelos movimentos "Porta a Porta" e "Casa para Viver", a encontros na Academia de Recreio Artístico, até acompanhar algumas associações nas suas intervenções na Assembleia Municipal de Lisboa, tudo temos procurado fazer para estar próximo dessas associações e de lhes prestar o auxílio que podemos disponibilizar.

O período que vivemos talvez não seja o mais propício, por parte do poder executivo, para tomar medidas que alterem o atual e desastroso panorama, mas não podemos deixar de insistir e fazer ver a quem for eleito, no dia 10 de março, a urgência de resolver este problema definitivamente e de acordo com as necessidades do Movimento associativo nesta matéria.

Joaquim Escoval | Secretário da Direção

As Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto

O Associativismo, substitui ou complementa o Estado

O Movimento Associativo Popular (MAP), tem uma grande expressão em Portugal. Em muitos lugares, aldeias ou freguesias, é o único centro social de apoio às populações isoladas e esquecidas. É a maior rede de entidades do país.

Segundo dados oficiais da Conta Satélite publicada pelo INE/CASES (Instituto Nacional de Estatística / Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), existem mais de 33.000 Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto no nosso país. Estas contam com cerca de 425.000 Dirigentes Voluntários, Benévolos e Eleitos que enquadram em múltiplas actividades, mais de 2 milhões de associados, crianças, jovens, adultos e idosos.

Rigor, transparência e democracia participativa

Uma Associação deste tipo, por força da lei e do seu costume, é gerida pelos associados eleitos democraticamente, apresenta e aprova Planos de Actividade e Orçamentos, Relatórios e Contas e deve ter equilíbrio financeiro.

Caso tenha saldos positivos, estes, devem ser reinvestidos na Associação, não havendo lugar à distribuição de dividendos pelos associados. Por isso é considerada uma Organização Sem fins Lucrativos (OSFL).

Subsídio dependente Vs contribuinte líquido do Estado

Há quem por força do senso comum ou simples ignorância, afirme que o Associativismo é subsídio dependente do Estado local, regional ou central.

A verdade é completamente diferente, bastando olhar para os Relatórios e Contas que são apresentados, debatidos e aprovados em Assembleias Gerais todos os anos (Março) onde a estrutura de despesas e receitas esclarece e confirma que, do lado da receita, em média, apenas 12% são subsídios (Autarquias) enquanto, no lado da despesa, em média, os impostos directos e indirectos ultrapassam os 26%.

Podem fazer-se ainda outras contas: se uma Autarquia subsidiar as Colectividades do seu concelho em 100.000€, dinamiza-se a economia e prestam-se serviços associativos à comunidade, mas o Ministério das Finanças encaixa cerca de 26.000€ desses 100mil.

Por outras palavras, o Associativismo de cultura, recreio

e desporto é um contribuinte líquido do Orçamento de Estado.

Não existem ainda cálculos sobre o peso do MAP, na criação de riqueza e no PIB (Produto Interno Bruto) e VAB (Valor Acrescentado Bruto), mas poderemos no futuro vir a ter esses dados por iniciativa do INE/CASES, se for considerada a proposta da CPCCRD (Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto) em destacar o Associativismo da Conta Satélite da Economia Social, tendo em conta que este sector representa quase 50% das entidades existentes em Portugal.



A importância da Conta Satélite da Economia Social

Em 2010, após muita insistência das entidades da Economia Social, foi possível que o INE elaborasse a Conta Satélite da Economia Social (CSES), publicada em 2013, com apoio da CASES. Foi um passo muito importante, abrangendo todos os ramos (famílias) do 3º Setor, tal como está classificado na Constituição da República Portuguesa (CRP), dando maior visibilidade e credibilidade à Economia Social, quer no plano interno, quer externo.

A aprovação por unanimidade na Assembleia da República Lei de Bases da Economia Social (2013), veio confirmar a importância deste setor.

Depois de se ter concretizado esta aspiração em 2010, foi possível termos acesso a mais duas CSES, de 2013 publicado em 2017, e de 2016 publicado em 2018.

É agora conhecida a sua quarta edição, publicada em 2023, referente aos anos de 2019/2020.

Conjuntamente com a publicação da CSES do ano de 2016 vem o Inquérito ao Trabalho Voluntário de 2018, que gostaríamos de abordar numa outra oportunidade, já que é sem dúvida uma área muito importante e pouco conhecida, na sua orgânica e na forma de funcionamento.

Hoje temos à nossa disposição, uma ferramenta importante, para justificar em concreto a importância do Sector Social, a CSES.

Um documento extenso de 92 páginas, mas que não dispensa uma leitura atenta a quem está ligado ao movimento associativo e não só.

Nesta última CSES referente 2019/2020, que foi publicado recentemente, encontra-se disponível no portal da CASES, em:

<https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2023/08/Conta-Satelite-2019-2020.pdf>

Recomendamos a sua leitura, mesmo que esta seja em "diagonal", pois é demasiado importante, conhecer melhor esta nossa realidade, desmontando ideias preconcebidas.

O estudo contempla as seis grandes famílias, Cooperativas, Associações Mutualistas, Misericórdias, Fundações, Associações com Fins Altruísticos e Subsectores comunitários e Autogestionário.

Mais de 90% destas entidades abrangidas no estudo, num total de 73.851, são Associações com Fins Altruísticos (ACFA) onde estão inseridas as Colectividades de Cultura Recreio e Desporto, que representam quase 50% das entidades abrangidas.

Ainda não foi possível que o INE as separe, de forma a termos dados mais concretos sobre o nosso Movimento

Associativo, mas devido ao seu peso é muito provável que o INE o venha a contemplar numa próxima edição.

Não é nossa intenção fazer um resumo desta Conta Satélite, mas sim tentar divulgar e criar curiosidade na sua consulta.

Este documento é uma ferramenta importante para que os Dirigentes Associativos, justifiquem perante o poder político a sua necessidade de serem respeitados e ouvidos nos diversos assuntos que lhe dizem respeito.

É necessário que as Associações sejam integradas nos diversos órgãos onde já deviam pertencer por direito próprio.

A legislação sobre este sector deveria ser devidamente regulamentada e actualizada com a participação de todos como é o caso do indispensável e urgente Estatuto Fiscal da Economia Social, previsto na Lei de Bases, que contribuiria para a equidade entre entidades, aplicação do princípio da discriminação positiva e convergência fiscal.

Para este e outros assuntos dedicados à Economia Social, recomenda-se a leitura das 20 recomendações do 1º Congresso de Economia Social (2017), em:

<https://www.cases.pt/wp-content/uploads/2017/11/Congresso-Nacional-da-Economia-Social-2017-Recomenda%C3%A7%C3%B5es.pdf>

**Devemos continuar a pugnar por estas causas.
O Associativismo faz falta a Portugal!**

Vítor Rosa



Peço a palavra (2)



Hoje peço a palavra para falar de Carola, palavra associada ao indivíduo que pratica alegados actos de carolice.

Os dicionários não nos ajudam a perceber o real significado de carolice aplicável ao associativismo e muito menos a ideia ou o conceito que encerra, ficando-se por definições vagas e distantes do entendimento que algumas pessoas lhe querem dar.

Na realidade, o significado de Carolice aproxima-se de Beatice, ou seja, a qualidade de ser beato, ou a acção própria do beato. Num sentido vernáculo, beatice é uma devoção afectada ou fingida, podendo ser ainda hipocrisia religiosa.

A coroa capilar usada pelos beatos, a partir do latim “corona” ou do diminutivo “corolla”, estará na origem do termo “carola” que, como se imagina, extravasou da vida monástica para a sociedade e desta para a colectividade, considerando em tempos idos a similitude das acções voluntárias nas associações primitivas com a dedicação dos beatos. E assim, numa época em que, por tudo e por nada, se atribuíam alcunhas ou epítetos, todos os que se dedicavam a uma causa comunitária eram chamados de “carolas”.

A informalidade orgânica das associações de antigamente era, de certo modo, compensada pela entrega e generosidade dos indivíduos que faziam em conjunto aquilo que não podiam fazer isoladamente. O conceito de dirigente associativo ainda não tinha obtido estatuto próprio ou reconhecimento social específico, embora essas pessoas fossem, na realidade, verdadeiros promotores da cultura individual e do bem-estar colectivo.

Na ausência de uma designação caracterizadora da actividade associativa de cada um dos participantes, compreende-se que o epíteto “carola” fosse utilizado pela sociedade e, com naturalidade, aceite pelos próprios indivíduos envolvidos na associação.

Porém, o envolvimento pessoal em épocas passadas pouco ou nada tem que ver com o nível de responsabilidade a que no presente os dirigentes associativos estão sujeitos.

Ser dirigente na actualidade significa, segundo o Memorando Associativo do Congresso das Colectividades em 2015, «ter noção das necessidades e potencialidades do associativismo, da sua relação interassociativa e com entidades externas, da sua importância na sociedade e influência do meio em que se insere e, por outro lado, no incumprimento de deveres que se pode traduzir em consequências muito graves para a sua associação, para o próprio dirigente, seus bens e família».

O grau de exigência dos associados e das entidades fiscalizadoras obriga a uma elevada qualificação dos dirigentes nos dias de hoje. Não é, pois, legítimo nem aceitável que algumas pessoas ainda se refiram ao dirigente associativo como “carola”.

Lamentavelmente, é nas sessões de aniversário das colectividades que mais se ouve este tratamento, quando um qualquer representante de entidade convidada se desfaz em pretensos elogios ao «carola» ali presente, não se apercebendo da sua atitude paternalista ou do carácter desvalorizador do epíteto, para não dizer depreciativo.

Os dirigentes das colectividades de cultura, recreio e desporto, devem assumir com frontalidade a sua condição de dirigentes do Movimento Associativo Popular, com a serenidade que se impõe no momento, mas também com suficiente abertura de espírito para perceber que, muitas vezes, o termo é utilizado sem que o seu autor conheça a designação apropriada ao exercício do cargo associativo.

Eu não sou carola, nem quero que me chamem esse nome. Sou Dirigente Associativo! E é assim que prefiro ser tratado. Ah, e sou voluntário, Benévolo e Eleito.

Na próxima edição irei pedir a palavra para falar de outro tema associativo.

Victor Carapinha | Vice-presidente da CPCCRD



UM SÉCULO DE PORTUGAL
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA
DAS COLECTIVIDADES
DE CULTURA, RECREIO E DESPORTO



QUOTIZAÇÃO

Direitos e deveres estatutários QUOTA 2024 A PAGAMENTO

Recordamos que algumas das nossas associadas ainda não pagaram a sua quota. Cientes que a sustentabilidade financeira é importante para a liberdade e independência do MAP, apelamos à boa colaboração de todos para continuarmos a nossa missão e mantermos uma voz dialogante com os vários poderes. Direitos e deveres estatutários QUOTA 2024 A PAGAMENTO



Para liquidar a sua quota pode fazê-lo por cheque, vale postal
ou transferência bancária via Montepio Geral:

IBAN- PT50 0036 0185 9910 0001 0637 9

Em qualquer caso, deve sempre enviar o respetivo comprovativo, com a indicação
do nome da coletividade ou do n.º da mesma para o email geral@cpccrd.pt.
